INTRODUÇÃO

Carlos Nuno Castel-Branco

Este ano, celebrámos o 15º aniversário da fundação do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), formalmente criado a 19 de Setembro de 2007. A aventura do IESE havia começado em 2005, quando as ideias que lhe deram origem e ainda o guiam começaram a ser germinadas, e foi consagrada a 19 de Setembro de 2007, quando o IESE foi oficialmente constituído na sua Conferência Internacional constituinte.

Na abertura da Conferência constituinte, foi feita uma breve análise das comunicações apresentadas. É útil recordar alguns dos dados de então e compará-los com os de alguns eventos do IESE mais recentes, nomeadamente as publicações dos últimos dois anos e a VI Conferência realizada em 2022. Tal como há quinze anos, a maioria dos investigadores e autores é jovem, com idades entre os 25 e os 35 anos, mas ao contrário da situação há 15 anos, há um grupo considerável de investigadores e autores mais velhos que permaneceu na investigação e publicação científicas ao longo dos anos, que debate e publica o seu trabalho, que orienta investigadores mais jovens e que serve de referência e de modelo a seguir. Há 15 anos, apenas 16% dos oradores da conferência eram mulheres (5% entre os moçambicanos e 40% entre os estrangeiros), mas tanto na VI Conferência como nos últimos dois números da série *Desafios para Moçambique*, incluindo a actual, mais de 40% dos investigadores, oradores e autores são mulheres. Numa edição especial recente da *Review of African Political Economy* (vol 49, número 171), dedicada a Moçambique, cinco dos oito autores são mulheres (2 em 4, se excluirmos os não moçambicanos). A diferença em relação a 2007 é muito significativa, mesmo que o caminho a percorrer, sobretudo no que diz respeito ao destaque da voz feminina e à variedade dos temas investigados, seja ainda longo.

Na I Conferência, apenas cinco apresentações foram sobre assuntos económicos, três das quais apresentadas por conferencistas estrangeiros, e nenhum dos grandes temas macroeconómicos e de economia política que a sociedade discutia - das finanças aos padrões e sistemas mais gerais de acumulação e reprodução social, da interacção entre a macroeconomia e as empresas, a produção e o emprego às ligações mais amplas, numa narrativa comum, entre afunilamento da base produtiva, financeirização, distribuição, reprodução e o Estado - estavam em debate. Hoje, oferecemos uma análise sistemática sobre a lógica histórica do modo de acumulação em Moçambique, uma teoria das crises económicas em Moçambique, o argumento sobre ligação entre vários paradoxos e aspectos que parecem ser sectoriais e atípicos da economia, mas são interligados e sistémicos (como, por exemplo, a relação entre finanças, financeirização e a estrutura da base produtiva), o

papel do Estado e a sua relação com a formação do capitalismo nacional, que nos permitem pensar em política, políticas e em opções alternativas de forma sistémica e sistemática, com base no essencial e não apenas no directamente observável.

Na I Conferência, a maior parte das comunicações sobre pobreza e desigualdade eram tentativas exploratórias e tendentes a focar em medição e em sistemas de provisão de ajuda internacional. Hoje, estes temas são abordados com muito maior profundidade, em relação com as condições de acumulação, com as tensões entre produção e reprodução social (incluindo assuntos como posse da terra, condições de emprego, produção e oferta de bens e serviços básicos de consumo, relações de classe e de género, diferentes formas de trabalho, e segurança ou protecção social), e com o papel contraditório do Estado em condições históricas específicas. Nas áreas de governação política, aprofundou-se a pesquisa sobre a descentralização, provisão de serviços públicos, comunicação social, direitos políticos individuais e as lutas sociais, frequentemente estimuladas pela expansão da economia extractiva, mas ainda é limitado o conhecimento profundo, exposto e debatido sistematicamente, sobre movimentos sociais e políticos representativos de classe, grupos e género. A pesquisa sobre Moçambique no Mundo desenvolveu-se sobretudo em relação com as economias emergentes da China e Brasil, e com as relações entre o modo de acumulação e capital multinacional (na África Austral e no resto do Mundo), mas ainda é limitada a pesquisa sistemática sobre as dinâmicas da África Austral e no continente africano em geral, e como Moçambique nelas se situa - por exemplo, pouca pesquisa se desenvolveu sobre a essência da estratégia de liberalização do comércio no Continente e as suas implicações, usando a experiência regional como ponto de comparação e de reflexão. Em suma, o progresso registado na pesquisa social e económica nos últimos 15 anos, desde a I Conferência do IESE, em todos os aspectos, é enorme, apesar das limitações que ainda se fazem sentir e das barreiras burocráticas e autoritárias que instrumentos repressivos do Estado colocam no caminho da investigação em ciências sociais.

Na I Conferência do IESE, há 15 anos, destacámos alguns dos desafios fundamentais para a pesquisa social e económica em Moçambique. O primeiro desafio é garantir a relevância social da pesquisa. No espírito da *praxis*, a pesquisa social é uma forma de intervenção social através da qual a teoria, a análise e a acção se informam continuamente. A relevância social provém da oportunidade e alcance das temáticas, da adequação das abordagens e metodologias às questões a serem tratadas, da ligação entre a pesquisa e o ensino e de uma estratégia agressiva de publicação e debate. O segundo desafio é manter o rigor teórico, metodológico e analítico, apesar da pressão para simplificar e para adoptar novas modas académicas e políticas que muitas vezes não têm muito fundamento. Resistir à atracção das novas modas - frequentemente restritas a linguagem e conceitos que só são politicamente correctos para quem os cria - e manter o rigor e a relevância analítica é um desafio de enormes proporções. Isto é particularmente importante quando, muitas vezes, respeitar a moda é condição obrigatória para se obter

financiamento. O terceiro desafio está relacionado com o desenvolvimento de uma cultura e prática de colaboração, cooperação e partilha entre as instituições de pesquisa. Isto requer meios e recursos, mas acima de tudo, interesse e boa vontade. O quarto desafio está ligado às relações com o poder. É necessário desmistificar o sentido de crítica social e investigação. Em muitas esferas da sociedade e do poder, o debate crítico, a contradição de ideias e abordagens, o surgimento de iniciativas não oficiais ou não controladas, a própria ideia da necessidade do estudo, são vistas com receio e como ameaça. Ideias independentes e diferentes são atacadas por serem independentes e diferentes e por não seguirem o cardápio oficial. Além de outros factores de natureza política, isto é também reflexo da fraca cultura intelectual, científica, de crítica e debate em que o País ainda vive. Pior é quando a burocratização do pensamento se transforma em valor e em cultura e penetra em todas as esferas da sociedade, na educação, nas relações sociais, nas discussões de trabalho. A mediocridade institucionaliza-se, pois só esta é consistente com a recusa de estudar, de criticar, de explorar novas opções, de pensar e de perguntar a mais simples e básica de todas as perguntas: porquê?

O desenvolvimento é um desafio - desafio ao que está estabelecido, às verdades que outrora foram inovações, desafio aos nossos limites e capacidades. O conhecimento não é propriedade privada de ninguém. O estudo não é perda de tempo. Pode ser, mas não tem de o ser. Um famoso estadista disse que se lhe dessem oito horas para cortar uma árvore, usaria seis para afiar o machado. Em Moçambique, temos uma frase semelhante: a vitória prepara-se, a vitória organiza-se.

As organizações científicas têm de enfrentar o desafio da qualidade, do rigor, da relevância social e da coragem social. O poder político tem de aprender a desafiar-se a si próprio, a ouvir, a aprender e a desafiar as organizações científicas para que estas contribuam mais concretamente para o desenvolvimento social.

Como é evidente, pensar social e económico é pensar político. Todos os cidadãos, incluindo os cientistas sociais, têm o direito de pensar o seu País, a sociedade e os problemas a resolver, de pensar as soluções, de criar perspectivas e abordagens. De facto, todos os cidadãos, incluindo os cientistas sociais, têm o dever de contribuir para o desenvolvimento amplo da sociedade motivado por uma governação democrática, criativa e inclusiva. Isto é, todos os cidadãos têm o direito e o dever de pensar político. O Homem democrático é o produto da prática democrática; o cidadão é o produto da prática da cidadania.

Este número do *Desafios para Moçambique* acontece quando o País enfrenta enormes desafios - a guerra em Cabo Delgado, com alguns sinais de expansão para outras províncias; os projectos de extracção e liquefação do gás da bacia do Rovuma, que concretizam alguns dos maiores desafios da história económica de Moçambique; os efeitos prolongados da crise global, da explosão e implosão da bolha económica, de que a crise da dívida soberana foi uma manifestação, e as sequelas sociais e económicas da pandemia da covid-19. Estes desafios

e crises estimularam pesquisa e resultaram em lições, algumas das quais são desenvolvidas nesta edição. Recentemente terminou, em Maputo, o julgamento de alguns dos agentes do Estado e agentes privados envolvidos nas transacções financeiras internacionais ilícitas que resultaram nas dívidas odiosas. O que já era claro antes - que estas transacções ilícitas são o reflexo de dinâmicas mais gerais de expropriação, privatização e financeirização do Estado para acumulação privada de capital, mesmo que tal seja feito com pesados custos sociais - mais claro, se era possível, ficou. A hipótese de que o processo legal, que tivemos a oportunidade de acompanhar durante cerca de um ano e meio, apenas tocava nos receptores de comissões de corrupção e de tráfico de influências, executores do grande calote contra o erário público, foi confirmada. Ficou por esclarecer o que aconteceu com 90% do valor do calote, quem são os mandantes e o que acontecerá a seguir. É, no mínimo, suspeito e pouco credível que um processo que envolve os então Ministro das Finanças, o director-geral dos serviços de segurança do Estado, o chefe da contra-inteligência económica, a secretária particular e o assessor político do então presidente da República, bem como um dos seus filhos, que passou e foi aprovado pelo comando operativo e pelo comando conjunto das forças de defesa e segurança - onde têm assento o presidente da República, o Ministro da Defesa, o Ministro do Interior, o director dos serviços de segurança do Estado, o Comandante da Polícia e alguns dos funcionários ora detidos -, que passou pelo Conselho de Ministros, que fez desaparecer 15% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, seja um mero caso de corrupção de uma dezena de funcionários do Estado, seus amigos e familiares, e se considere resolvido quando 90% do valor em causa ainda não foi justificado. É, no mínimo, suspeito e pouco credível que tal projecto pudesse ser aprovado, com ou sem conhecimento da intenção de expropriar o Estado, se a expropriação do Estado (neste caso, através da privatização e financeirização das suas funções mais vitais de defesa e segurança para acumulação privada de capital, como forma de ligar o grande capital oligárquico multinacional, que este suposto projecto de defesa e segurança indicava querer proteger, à formação de oligarquias nacionais) não tivesse sido normalizada ideológica e politicamente como estratégia de desenvolvimento. Este não é um caso atípico, mas faz parte das dinâmicas históricas mais gerais que vêm a acontecer nas últimas três décadas com a privatização e financeirização dos recursos naturais estratégicos do País (da terra às reservas energéticas), do orçamento do Estado e de algumas das suas funções vitais, gerando mais pobreza, desigualdade, austeridade, migrações forçadas internas e diversas formas de violência e repressão social e política.

Estes, e outros assuntos, são debatidos nos vários capítulos deste número do *Desafios para Moçambique*, cujo tema genérico é “*crises, desafios, opções e a construção do Estado*”.

Como é habitual, o livro está organizado em quatro partes, nomeadamente Política, Economia, Sociedade e Moçambique no Mundo. Este número contém 22 capítulos, produzidos por 34 investigadores, dos quais 22 são moçambicanos, provenientes de mais de duas dezenas de

universidades e instituições de pesquisa de Moçambique, de África e do resto do mundo.

A secção Política contém seis capítulos. Salvador Forquilha e João Pereira, com base numa extensa pesquisa de campo realizada nas províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delgado, analisam a ligação que existe entre dinâmicas locais de migração e o desenvolvimento da insurgência no norte de Moçambique, e argumentam que, para expandir a sua acção, a insurgência se serviu de dinâmicas de migração externa e interna, que alimentaram uma vasta rede de recrutamento dos *Al-Shabaab*, facilitada essencialmente pela porosidade da fronteira com a Tanzânia e pela actividade pesqueira nas ilhas ao largo de Cabo Delgado.

Sílvia Amaral apresenta uma síntese do enquadramento teórico da sua proposta de investigação para doutoramento, cujo objetivo é compreender como a insurgência armada que ocorre presentemente na província de Cabo Delgado está a afectar as cidades de Pemba e Nampula, e a condicionar a sustentabilidade urbana - o fenómeno de “urbanização induzida por conflito”. Este quadro teórico sustenta-se na crítica contemporânea às teorias urbanas “canónicas” que durante décadas dominaram os estudos urbanos como padrões universais para analisar as cidades. Estas teorias decorrem de processos de urbanização observados no continente europeu e norte-americano a partir do século XIX, e consideram as “cidades ocidentais” como arquétipos de modernidade e desenvolvimento, recusando as experiências variadas das outras cidades do globo e rejeitando o valor da sua diversidade. A prerrogativa dos urbanistas contemporâneos de descolonizar o modo de observar, analisar e teorizar as cidades em geral, e as cidades africanas em particular, lança um pedido de diálogo crítico com as teorias “ocidentais” e “do Norte”, e de reforma das ferramentas de pesquisa e representação, surgidas em contextos espaciais e temporais muito diferentes das cidades africanas e, por conseguinte, com pouca aplicabilidade a estas circunstâncias.

Severino Ngoenha explora o debate filosófico que desenvolveu a laicidade, a tolerância e a coexistência para debater dilemas da laicidade do Estado e da violência política e religiosa em Moçambique. Argumenta que o desafio ético do País neste tempo não é continuar a luta pela coexistência. Segundo ele, esta luta apresentou-se-nos *in primis* - e está escrita no DNA da moçambicanidade, desde a luta de libertação nacional - na oposição e combate contra todas as formas de discriminação: religiosa, tribal, regional, racial ou sexual. Este combate, argumenta ele, ainda é actual, tanto mais que as divisões do passado se agudizaram e a elas vieram sobrepor-se primeiro, a intolerância política - que é em parte responsável da guerra dos 16 anos -, e hoje, os extremismos religiosos, em nome dos quais, ou a coberto dos quais, a nossa vida comum se encontra ameaçada. Além das pretéritas, mas contínuas questões da coexistência, além das diferenças étnicas, tribais, raciais e do género e da exigência democrática da tolerância política hoje, o nosso desafio laico consiste em aprendermos a viver com pessoas que professam convicções diferentes e até opostas às nossas, o que se situa no particularmente aporético campo religioso, uma vez que, contrariamente ao campo do conhecimento empírico,

não se presta a nenhuma verificação objectiva. Continuando, Ngoenha afirma que o terrorismo reactualiza, com acuidade, a questão do viver juntos, tratado desde o início da nossa República (e mesmo desde o *Lutar por Moçambique* de Mondlane) em termos de diferenças étnico-raciais, doravante em termos de credo, uma vez que é sob a forma da intolerância religiosa que se apresenta a ameaça da nossa unidade como País. Será isso um défice de laicidade? Ngoenha conclui que, em Moçambique, de uma maneira particular, a tolerância deve afirmar-se como uma reivindicação contra os extremismos políticos, étnicos e religiosos, mas também como dever de vigilância do Estado nas questões políticas e religiosas ou da esfera pública, para que ninguém - indivíduos, grupos, instituições, movimentos, partidos, igrejas, seitas - usurpe o que é suposto relevar da esfera do indivíduo. Dado que a falta de escolaridade e a crença sem conhecimento são vectores fundamentais na propagação do extremismo, não deve o Estado, em nome do princípio de tolerância, favorecer a educação laica dos seus sujeitos, mesmo na religião da sua escolha?

Tina Lorzio e Vanja Petrovic investigam os desafios do desenvolvimento e implementação do policiamento democrático em Moçambique, utilizando o quadro conceptual sobre policiamento democrático desenvolvido por Muntingh *et al.* O policiamento democrático refere-se à obediência da polícia ao Estado de direito, à responsabilização da polícia e à justiça processual por parte da polícia ao serviço do público, segundo as nove dimensões do policiamento democrático: conhecimento, eficácia e eficiência, ética e responsabilidade, direitos humanos, agente da polícia como cidadão, objectividade, responsabilidade, e empatia e confiança. Segundo as autoras, estas dimensões estão relacionadas e, em certa medida, têm relações causais e hierárquicas, embora na prática sejam frequentemente interligadas e interdependentes e também se reforçam mutuamente.

Celso Inguane e Victor Zimba focam o seu capítulo na análise da coordenação da resposta nacional à covid-19, no primeiro ano da pandemia em Moçambique, entre Março de 2020 e Fevereiro de 2021, recorrendo a análise documental, entrevistas presenciais e virtuais com informantes-chave. Os dados foram analisados usando o conceito tetra-dimensional de coordenação interinstitucional durante emergências e desastres de saúde pública, para melhorar a profundidade analítica. Os autores concluem que o modelo utilizado para a coordenação do primeiro ano da resposta nacional à covid-19 em Moçambique salienta a importância de uma complexa combinação de influências sociopolíticas e de saúde pública, que moldam as respostas nacionais a emergências e desastres de saúde pública no País. Tais influências incluem a exposição a pandemias nos últimos anos, a exposição a desastres naturais a longo-prazo e a interesses institucionais locais e globais, igualmente documentados noutras partes do mundo.

Crescêncio Pereira *et al.* exploram a intersecção entre transição justa, democracia e pobreza energética para avaliar a possibilidade de um engajamento público para uma transição energética

que leve em conta a preservação do ambiente e o bem-estar dos cidadãos em Moçambique. A discussão toma como referência a província de Cabo Delgado, onde foram iniciados projectos de desenvolvimentos para a exploração de gás natural, de modo a destacar questões específicas que surgem em países em desenvolvimento detentores de reservas de recursos energéticos. A análise é alinhada com pesquisa que explora a participação dos cidadãos no desenvolvimento de modelos de transição energética através do aproveitamento e criação de diferentes espaços de diálogo.

A secção económica contém seis capítulos. Carlos Nuno Castel-Branco argumenta que as crises económicas do capitalismo, que reflectem as suas contradições estruturais fundamentais, oferecem interessantes ângulos de análise para explorar e entender as dinâmicas, os limites, os paradoxos, a evolução e as tensões inerentes ao sistema capitalista de acumulação. Estudar a economia a partir das crises oferece-nos uma lente para entender a lógica do funcionamento da economia nos seus limites e as ligações entre os seus vários ciclos, enquanto nos proporciona uma perspectiva histórica privilegiada sobre as opções para a superação do modo capitalista de produção. A forma como crises são estudadas - como eventos atípicos e isolados, falhas de mercado, erros de política, características orgânicas de um sector (por exemplo, a tendência do sector financeiro para a especulação) ou como elementos estruturais do sistema de acumulação de capital - esclarece-nos não só sobre a capacidade de as teorias económicas explicarem uma crise ou outra, mas sobre o entendimento que têm e a clareza que conseguem gerar e comunicar sobre como funciona o modo capitalista de produção.

Carlos Nuno Castel-Branco e Diogo Maia analisam a transição da acumulação de capital centrada no Estado para a acumulação privada, explorando as ligações entre afinilamento da base produtiva e a financeirização em Moçambique, e como estas se relacionam com a criação de uma burguesia nacional segundo uma via neoliberal, oferecendo ainda uma análise mais específica e detalhada, bem como evidência empírica sobre as dinâmicas de afinilamento e de financeirização e a sua interacção, e discutindo como se relacionam com as vagas de expropriação do Estado, que foram respostas políticas e estratégicas públicas às tensões e crises que surgiram na busca de criar a burguesia nacional capitalista.

Rosimina Ali e Sara Stevano, seguindo uma abordagem de economia política informada por uma perspectiva de reprodução social, examinam a organização do trabalho na agro-indústria moçambicana e as suas tensões e intersecções além da esfera produtiva, sob o regime contemporâneo de acumulação de capital. Uma abordagem de reprodução social ilumina a constituição mútua e a tensão entre a produção e a reprodução, onde esta última reflecte práticas que são necessárias para a reprodução da vida e das relações capitalistas. Segundo as autoras, esta abordagem permite-nos compreender a organização do trabalho assalariado e ver as suas interconexões com múltiplas formas de trabalho e a forma como estes padrões se inserem na vida dos trabalhadores, com base numa triangulação de dados qualitativos e quantitativos.

No capítulo, é argumentado que o tipo de emprego criado na agro-indústria reflecte o modo predominante de organização da produção, no qual a capacidade do sector privado de gerar lucros se baseia no seu acesso à mão-de-obra barata e descartável. As modalidades de trabalho informal, irregular e inseguro são uma condição necessária do capitalismo contemporâneo para aqueles que estão na origem dos circuitos globais de produção. Os trabalhadores e as suas famílias continuam a ser responsáveis pela sua própria reprodução social, conseguida através de uma diversidade de trabalhos interdependentes, remunerados e não remunerados. O bem-estar não se limita a ter um emprego e um salário; de facto, os meios de subsistência, os modos de vida e o bem-estar podem ser ameaçados por ter um salário baixo e/ou por ter de fazer múltiplos trabalhos precários. A menos que as inter-relações co-constitutivas entre a produção e a reprodução sejam compreendidas e tratadas, a fragmentação dos meios de subsistência intensificará a crise da reprodução social.

Carlos Muianga explora as contradições da reprodução social da força de trabalho rural no contexto da expansão da produção agrícola capitalista em grande escala em Moçambique. O artigo usa evidência primária e secundária de dois casos - uma plantação de cana-de-açúcar e uma plantação florestal no Sul e Norte de Moçambique, respectivamente - e argumenta que estas contradições se têm manifestado de formas diversas e complexas. As contradições reflectem até que ponto as formas de expansão e (re)organização de sectores de produção agrária capitalista e os mecanismos associados de exploração laboral têm afectado diferentes esferas de reprodução social da força de trabalho. Estas incluem as unidades de produção agrícola capitalista, onde a mão-de-obra está envolvida numa relação salarial com o capital; e as unidades de produção familiar/doméstica e comunitária, onde a mão-de-obra está envolvida na produção para consumo e rendimento, centrais para a reprodução da mão-de-obra barata. A primeira inclui as relações capital-trabalho, tais como as formas de recrutamento de mão-de-obra, contratos e salários, as condições de trabalho e os seus impactos na saúde física e mental dos trabalhadores. A última é constituída pelas várias relações sociais de produção e reprodução ao nível familiar e comunitário, fundamentais para a reprodução social da mão-de-obra, incluindo o acesso à terra, à água, às florestas e a outros recursos naturais. As esferas de reprodução do trabalho rural têm sido constantemente remodeladas pela dinâmica de expansão do capital agrícola e não agrícola de grande escala: à medida que a expansão do capital compromete espaços “alternativos” de reprodução social da força de trabalho, estas contradições reproduzem-se em grande escala.

Ana Sofia Ganho analisa o projecto sino-moçambicano de produção orizícola no baixo Limpopo de uma perspectiva de economia política marxista. Centrando-se no período de 2005–2014, interroga as formas como as dinâmicas de classe moldaram e foram moldadas pelo modelo de cooperação chinês, num contexto de aumentos acentuados dos preços globais dos produtos agrícolas e das eventuais alterações de interesses de acumulação do País. O artigo

pretende, assim, compreender como este projecto se relaciona com a estratégia dominante de acumulação que tem alimentado as facções capitalistas no poder e as implicações desta para as dinâmicas de diferenciação rural na área de Xai-Xai, particularmente no que diz respeito ao desiderato de criar um grupo de capitalistas rurais. Juntando informações empíricas e arquivística, este artigo pretende contribuir para o conhecimento sobre a(s) forma(s) que a questão da transição agrária está a assumir, tendo em consideração os desafios históricos. O artigo defende que houve uma apropriação do projecto pelos grupos capitalistas moçambicanos dominantes, com a centralização do controlo estatal sobre o investimento estrangeiro (especialmente chinês), nomeadamente através da administração da terra e água em regadios públicos. Isto corresponde à delimitação formal de um espaço distinto, o do regadio, em que as leis fundiárias rurais, incluindo as de uso costumeiro, seriam suspensas para usufruto de empresas privadas ou parcerias, mas com direitos de propriedade reforçados para o Estado, sobre o Parque Estatal do Limpopo. Defende-se ainda que, ao nível local, o objectivo explícito de formar uma classe de capitalistas rurais ou de produtores médios esbarra na velha visão dualista da agricultura, ignorando a dependência histórica de diversas fontes de subsistência, sobretudo a produção familiar, o que é, em si, uma consequência do modo histórico de acumulação para manter baixos os custos de mão-de-obra.

Natacha Bruna argumenta que a emergente preocupação global em relação às mudanças climáticas tem transformado as dinâmicas do capitalismo global, pelo que a economia global tem sido exponencialmente *green washed*, discursivamente, com o objetivo final de proteger o ambiente e mitigar as mudanças climáticas. Daí surge a necessidade de melhor compreender as implicações destas transformações em termos de padrões de acumulação, e particularmente para países como Moçambique, perceber as implicações destas na subsistência rural, visto que tais políticas são direcionadas principalmente ao meio rural. Este capítulo tem o objectivo de compreender as implicações da crise ambiental e das suas soluções (políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas) para as dinâmicas de acumulação de capital assim como para a subsistência rural. Este texto constitui uma reflexão resultante de publicações da autora no âmbito da pesquisa de doutoramento.

A secção sociedade tem cinco capítulos. Rosimina Ali e Carlos Muianga, seguindo uma abordagem de economia política, e olhando para os mercados de trabalho de uma perspectiva mais abrangente (incluindo as formas de trabalho remunerado e não remunerado), analisam os padrões, dinâmicas e tensões dos mercados de trabalho, tanto na esfera física como digital, no processo de acumulação. O artigo examina como formas de trabalho mediadas digitalmente estão a (re)formular, alterar ou exacerbar a natureza do trabalho existente e que questões coloca para o futuro do trabalho(ador) em Moçambique. Este entendimento exige que se olhe para a plataforma digital e o trabalho “gig” além da esfera digital, a fim de situar a economia “gig” nas estruturas socioeconómicas de que fazem parte os trabalhadores “gig” diferenciados.

O artigo argumenta que o actual modo de organização da produção, prestação de serviços e trabalho na economia da plataforma digital parece reproduzir a informalidade, a irregularidade e a instabilidade do trabalho, aspectos que são dominantes no padrão de crescimento prevalecente no País. Além disso, o futuro dos trabalhadores na era digital depende da ampla organização das estruturas e relações socioeconómicas que moldam a natureza do trabalho, organicamente integrados em processos de acumulação de capital à escala global. As suas conclusões sublinham que as estruturas produtivas de Moçambique têm apresentado limitações na geração de trabalho decente. O padrão de crescimento prevalecente é impulsionado por investimentos em recursos naturais e dependente da produção de produtos primários agrícolas e minerais-energéticos para exportação, com baixo ou nenhum processamento, ligações produtivas limitadas na economia, e com mercados de trabalho fragmentados e diferenciados, dominados por condições sociais informais, irregulares, instáveis e inseguras. A incapacidade de conceptualizar e analisar amplamente o trabalho em todas as suas estruturas e esferas, digital e fisicamente, bem como as suas interligações em formas de trabalho remunerado e não remunerado, tem implicações para a concepção de políticas públicas sobre o trabalho e o emprego. Analisar a actual organização e as condições sociais do trabalho, bem como questionar o seu futuro, sem olhar às estruturas produtivas que tanto moldam as estruturas de trabalho como são, por sua vez, estruturadas pelas estruturas de trabalho, pode levar a políticas erróneas.

Carmeliza Rosário desenvolve uma revisão histórica das políticas sociais em Moçambique. Dentre as políticas sociais do País, a saúde tem sido consistentemente um dos sectores privilegiados. Já durante o tempo colonial, apesar das políticas discriminatórias entre a população indígena e a colonial, a saúde sempre figurou como preocupação governativa, particularmente em benefício das populações trabalhadoras assalariadas, em detrimento das não assalariadas. Além disso, os aspectos discriminatórios estendiam-se também à priorização dos homens como força laboral e à visão das mulheres e crianças como dependentes, criando inclusivamente benefícios maiores para homens casados e cimentando a perspectiva do homem como provedor. O capítulo apresenta o percurso legislativo do sector de saúde e os ideais preconizados nesta legislação, com particular atenção para a mulher e a sua consideração na mesma, e examina a desconexão estrutural entre os ideais preconizados e a sua implementação. A autora descreve também como as políticas de outros sectores podem afectar o sector da saúde e produzir efeitos transformadores, incluindo sobre a equidade de género, o que pressupõe, segundo a autora, a construção de um Estado social e a superação da visão da saúde da mulher limitada à sexualidade e reprodução.

Isabel Maria Casimiro *et al.* analisam as iniciativas espontâneas e altruístas das mulheres moçambicanas (neste estudo chamadas “cuidadoras”) na assistência e apoio às pessoas que vivem com HIV/SIDA. Este fenómeno social é generalizado, mas por vezes, ignorado ou

geralmente subestimado no espaço das informações da luta contra a epidemia. Estas iniciativas auxiliam muito modestamente os dispositivos oficiais de combate contra a doença, mas são de grande importância, pois complementam sobremaneira o tratamento TARV e compensam pelas insuficiências do sistema nacional na luta contra a doença, prolongando o tempo e melhorando a qualidade de vida das pessoas infectadas pelo vírus. Estas iniciativas tornaram-se indispensáveis, uma vez que o uso dos tratamentos anti-retrovirais prolonga a vida das pessoas infectadas pelo vírus. Portanto, a ajuda, o suporte e a assistência que recebem devem ser seguidos ao longo do tempo. Garantir a continuidade do tratamento indissociável da sua eficácia é uma das tarefas cumpridas pelas cuidadoras, diante dos desafios que enfrentam e das dificuldades que precisam superar. Este estudo pretende apresentar os resultados obtidos através da divulgação das iniciativas das mulheres junto às autoridades públicas, instituições nacionais e internacionais, agências de cooperação bilaterais, associações e ONGs moçambicanas e estrangeiras dedicadas de uma ou de outra forma à luta contra o HIV/SIDA, bem como examinar as condições em que estas iniciativas poderiam ser integradas ou pelo menos aproximadas das Unidades Sanitárias que trabalham na área do HIV/SIDA.

Paula Machava pretende, a partir da noção de cuidados, analisar com as cuidadoras domiciliárias assalariadas da cidade de Maputo o paradigma económico neoliberal vigente em Moçambique. A autora explica que este texto é em co-autoria com as cuidadoras, pois, apesar de privadas do domínio da escrita, elas deram o seu contributo contando as suas experiências, existências, vivências enquanto mulheres e trabalhadoras de cuidados em Maputo. Ao fazê-lo, deram vida à oralidade, uma das principais características das sociedades africanas. A autora argumenta que o sistema económico neoliberal, assente no colonial capitalismo e heteropatriarcal, não só categoriza e hierarquiza os trabalhos, mas também exclui da análise outras formas de trabalho não mercadorizadas, mas que são essenciais para a produção e para a reprodução social, porque geram, alimentam e cuidam da vida que serve ao processo de acumulação. O texto desenvolve os conceitos em uso, aplica uma análise feminista do neoliberalismo em Moçambique, explora as tensões e conflitos entre a procura desmedida do lucro e os cuidados com a vida dos moçambicanos, e examina como estas tensões e conflitos afectam o trabalho de cuidados.

Caio Simões de Araújo, citando Maria Paula Meneses, argumenta que o mundo vive uma crise de representação (histórica), que está intimamente ligada à crise da representatividade democrática e da cidadania moderna, em que alguns indivíduos e grupos parecem ser mais iguais, e ter mais direitos que outros. No caso moçambicano, a pluralização de narrativas históricas e memórias do passado pode ter um papel importante na consolidação de uma cultura política inclusiva e de uma cidadania activa. Segundo o autor, isto é particularmente verdade para grupos sistematicamente excluídos da história oficial e da memória colectiva, tais como minorias sexuais e de género. Neste contexto, explora este problema a partir de dois

“eventos históricos” ocorridos no País: a independência nacional e o momento revolucionário, entre meados e finais dos anos 1970; e a descriminalização da homossexualidade, em 2015. Separados por 40 anos, estes dois momentos demonstram que questões de história, memória, e temporalidade tornam-se importantes em lutas presentes por representação LGBTIQ+ e cidadania sexual.

A secção Moçambique no Mundo tem cinco capítulos. Edgar Barroso, Ruth Castel-Branco e Boaventura Monjane argumentam que momentos de crise criam janelas de oportunidade, amiúde, agravando a expropriação, a exploração e a exclusão; ocasionalmente, permitindo a emergência de alternativas emancipatórias. A pandemia da covid-19 foi um desses momentos. Só em África, milhões de pessoas contraíram o vírus corona e centenas de milhar sucumbiram. Além da perda humana, as medidas de confinamento que os governos impuseram para travar a disseminação do vírus tiveram custos socioeconómicos incomensuráveis, entre os quais: a disrupção das cadeias de abastecimento globais, o encerramento das empresas, uma vaga maciça de des/subemprego, inflação dos preços dos bens básicos, aumento da fome, da pobreza e da violência relacionada com o género. Para responder às sequelas socioeconómicas das medidas de confinamento, os países adoptaram medidas de apoio ao rendimento de emergência inéditas. As nações que conseguiram desembolsar rapidamente apoio e outras formas de aprovisionamento social saíram-se muito melhor do que as suas contrapartes, ilustrando, assim, a importância de um forte Estado de desenvolvimento. Este capítulo analisa as respostas das instituições financeiras internacionais (IFI) à pandemia da covid-19 centrando-se em dois estudos de caso interligados. O primeiro estudo de caso *é focado* nas protecções laborais e sociais; o segundo, na política da terra e agrária. Segundo os autores, o objectivo *não é proporcionar uma análise exaustiva de todas as respostas das IFI (a análise exclui o sector da saúde, por exemplo)*, mas antes identificar a política da elaboração de políticas numa guerra global de posição sobre os termos do aprovisionamento social. O estudo conclui que as IFI aproveitaram este momento de crise para acelerar a financeirização do desenvolvimento; porém, também ilustra a resistência tanto do Estado como da sociedade civil. Se essas formas de resistência podem ou não contribuir para a construção de um Estado desenvolvido robusto depende do poder dos movimentos sociais globalizados para reaver o controlo e sacá-lo das garras do capitalismo financeiro.

Carlos Nuno Castel-Branco, no seu ensaio, discute, à luz da economia política, o significado de alternativas africanas para o desenvolvimento e ao impacto da globalização. Este ensaio, que é uma extensão da comunicação apresentada na conferência “Estudos Africanos: Perspectivas actuais”, critica as teorias e os argumentos do renascimento africano, do NEPAD, da legitimidade africana e da imperiosidade histórica do engajamento do Estado na formação das classes capitalistas nacionais, argumentando que nas suas formulações actuais *são extensões do neoliberalismo deficientemente disfarçadas de autenticidade africana. O ensaio propõe desafios e*

opções alternativos, que mobilizem as classes trabalhadoras para dinâmicas transformativas reais, em que as especificidades africanas variadas emergem das condições históricas específicas em que as lutas ocorrem, e não por definição de elites burguesas emergentes.

Thomas Patriota argumenta que a corrida pela terra à escala mundial, *pós-2008*, acelerou os impulsos para a privatização e desregulamentação da compra e venda, uma vez que as terras agrícolas passaram a ser percebidas como activos financeiros seguros e garantias externas de fornecimento para países importadores de *líquidos* e de alimentos. Não obstante, diz o autor, as últimas décadas também testemunharam o ressurgimento de debates mais amplos e plurais sobre governação da terra e a política fundiária, liderados por organizações agrárias (OAs), académicos e governos progressistas. Segundo o autor, este artigo visa pôr o actual processo de revisão da Política Nacional de Terras (PNT) de Moçambique em perspectiva internacional comparada, a partir do estudo de caso sobre a influência de uma rede regional de organizações camponesas nas políticas fundiárias dos países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Desde o seu surgimento, em 2000, a Rede de Organizações Camponesas e de Produtores Agrícolas da África Ocidental (ROPPA), que representa cerca de 20 milhões de agricultores em 13 países da região, tem tido um papel activo na mobilização das suas bases em níveis locais e nacionais, assim como na negociação com governos, no sentido de obter marcos legais e políticas públicas que reflectam os interesses das maiorias camponesas dos seus países. No caso das políticas de terra, os camponeses na África Ocidental *têm* enfrentado desafios semelhantes aos das maiorias rurais em Moçambique, não obstante as diferenças contextuais de cada sub-região do continente, e de cada país. Assim, o relato das experiências em países da África Ocidental visa oferecer um olhar comparado continental, no sentido de contribuir para reflexões e estratégias que sejam igualmente relevantes para o contexto moçambicano.

Salim Cripton Valá pretende analisar como a crise económica no País afectou as instituições financeiras, em particular a bolsa de valores de Moçambique (BVM), e a oportunidade de mudança que comporta para ampliar o escopo da BVM e o seu impacto no sistema financeiro e na economia moçambicana. Em especial, o autor procura compreender o impacto da crise económica, mas sobretudo, se esta pode favorecer a introdução de mudanças e reformas nas instituições financeiras, e mais particularmente no mercado de capitais e na BVM, qual o papel que a BVM pode desempenhar na crise e que impactos tais reformas podem ter no sector financeiro.

Danilo Marcondes examina as relações entre Moçambique e o Brasil no contexto da pandemia da covid-19. Segundo o autor, a pandemia da covid-19 rapidamente se impôs como um dos principais, se não o principal, tema de política internacional, no período entre 2020 e 2022. A pandemia exacerbou desafios já encontrados pela comunidade internacional, como as restrições de mobilidade, assim como o acesso desigual a medicamentos e vacinas. Em contextos

autoritários, as iniciativas de *lockdown* e distanciamento também foram mobilizadas para restringir as liberdades civis e de organização política. Em alguns casos, respostas à pandemia reforçaram o populismo com a adopção de um discurso negacionista, anti ciência e contrário a instituições multilaterais como a Organização Mundial de Saúde (OMS). Argumenta o autor que o relacionamento entre o Brasil e o continente africano, em especial com Moçambique, precisa ser entendido a partir desses desafios e dos impactos que os mesmos deixaram na política internacional. De forma a contribuir para uma melhor compreensão das dinâmicas apresentadas, o capítulo examina o a evolução da pandemia da covid-19 no continente africano por parte dos diplomatas brasileiros, e discute sobre a cooperação brasileira no contexto da pandemia, em especial como as relações Brasil-Moçambique se desenvolveram.

Como se pode observar, o livro contém uma vasta quantidade e diversidade de temas, abordados com quadros conceptuais distintos, que certamente poderão ajudar a enriquecer o conhecimento, a reflexão e acção dos leitores. Boa leitura, discussão e acção.

Maputo, Dezembro de 2022